

MATAR SEM REMORSO: REFLEXÕES SOBRE OS ASSASSINATOS COLETIVOS*

Eugène Enriquez**

Tradução: Marion Brepohl de Magalhães e Rafael de C. Beltrami**

RESUMO

A partir de uma perspectiva disciplinar, procuro realizar algumas reflexões sobre os principais fatores que conduzem ou motivam os assassinatos coletivos, sejam eles físicos ou psíquicos. Com elas, procuro colocar em evidência que, no imaginário social contemporâneo, a sociedade se encontra cindida entre vítimas e algozes, o que é favorecido sobretudo pela razão instrumental.

Palavras-chave: assassinatos coletivos, violência, dinâmica de grupo.

ABSTRACT

From a disciplinary point of view, some reflections are made over the main factors which lead to or motivate mass murders, be them physical or psychical. From these reflections, one seeks to emphasize that in contemporary social thought society is divided into victims and persecutors, favored particularly by instrumental reason.

Key-words: mass murders, violence, group dynamics.

Genocídios armênio, judeu, cigano, ruandense, bósnio. Seguramente, a lista poderia ser acrescida. O século XX, depois da grande carnificina de 1914-1918, será conhecido pelos genocídios. É certo que os séculos

* Publicado originalmente em: *L'inactuel*, L'esprit du Temps, Paris, n. 2, p. 16-36, 1999. Título no original: "Tuer sans culpabilité."

** Professor da Universidade de Paris VII.

*** Respectivamente, Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná e Mestrando em História da Universidade Federal do Paraná e bolsista do CNPq.

precedentes conheceram também, no mundo dito civilizado, seus massacres. Quanto aos membros de tribos arcaicas, que se designavam como sendo simplesmente “os homens”, eles não foram o que se possa chamar de ternos para com seus adversários. Mas o século XX conferiu ao domínio do assassinato em massa seu princípio de legitimidade. Devem desaparecer os seres diferentes (os estranhos, os estrangeiros), devido a sua impureza e pela sua fraqueza (ou por sua força fantasmagoricamente imaginada). Esses seres diferentes podem se reagrupar ou serem reagrupados em comunidades (judeus, ciganos...), fazer parte de contextos nacionais (comunistas, descrentes ou supostos como tal, subversivos de todo o gênero) ou de um conjunto qualificado como inimigo. Denominamos genocídio propriamente dito o primeiro conjunto, de punição exemplar para aterrorizar a população, o segundo conjunto (liquidação dos opositores no Chile ou na Argentina, assassinatos coletivos na Argélia), de humilhação, e, de destruição, o terceiro conjunto (assassinatos de poloneses ou de russos pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial).

Estes casos não são passíveis de generalização – não se pode compará-los em sua natureza e fins. Entretanto, possuem um denominador comum: a vontade de afirmar que a espécie humana não é uma só, que o homem pode, em certas conjunturas, ser rebaixado ao nível de um animal e pode ser sacrificado sem culpa se a “causa” transcendente assim o exige (pois ele não é senão uma peça da engrenagem plenamente substituível). Ainda que quanto mais os indivíduos sejam fracos (idosos, mulheres, crianças) ou imaginados de forma paranóica como fortes, mesmo sendo fracos (os judeus), tanto mais é possível utilizá-los, martirizá-los, eliminá-los sem remorso. É este o denominador comum que será explorado neste estudo, o qual incorre o risco de parecer lapidar e chocante.

Desenvolver argumentos mais detalhados, examinar e confrontar diversas teses só seria possível em um livro. Mas tenho a esperança de que, apesar das limitações típicas de um artigo, que os leitores possam tirar suas conclusões deste texto relativamente breve, mas amadurecido.

A questão a que me proponho responder é: por que os assassinatos coletivos são tão excessivamente impostos no século XX, a tal ponto de marcá-lo de maneira indelével, e quais são suas conseqüências para a sociedade e para o psiquismo? Trata-se de um ensaio de compreensão e de interpretação do Mal Radical.

Certamente alguns autores estimam que tal vontade de compreender é já por si só um indício de compromisso com o mal, o que só pode vir a reforçar o seu poder.¹ Meu propósito se situa numa perspectiva inversa: toda a possibilidade de elucidação de um fenômeno social lhe retira sua parte de mistério e permite controlá-lo; ou pelo menos que se escape um pouco de seu intento. Trabalhar sobre os assassinatos coletivos (de resto, sobre quaisquer outros temas) não significa ceder a uma fascinação mortífera por esse objeto, encontrando escusas para tais condutas, mas sim manifestar a capacidade de atacar frontalmente as ilusões da quais cada um, por mínimo que seja, se alimenta. Thomas Mann qualificava Freud de “sublime desilusionista”. Participar num trabalho de destruição progressiva das ilusões me situa numa posição honrosa.

Tentarei resgatar quatro tipos de razões que permitem esclarecer um pouco o problema em questão: razões antropológicas, sociológicas, psicossociológicas e psicológicas. Ao final do texto, evocarei algumas conseqüências do crescimento dos assassinatos coletivos sobre nossa sociedade e sobre nosso aparelho psíquico.

Razões antropológicas

De Hobbes a Freud ou a Einstein, a tendência do ser humano a matar seu próximo, a humilhá-lo e a glorificar esse ato é muitas vezes apontada: uma pulsão à destruição marcaria a “realidade humana” (Edgar Morin).²

Uma tal posição tem sido todavia contestada: “bondade do homem no estado da natureza” (Rousseau), “pulsão de morte como derivada unicamente do desenvolvimento do capitalismo” (Marcuse), “interrogação sobre a existência mesma da pulsão de morte” (numerosas análises que não cabe aqui citar e que recusam ainda a hipótese freudiana). Não as discutirei. Parto da idéia de que Hobbes e Freud, entre outros autores que poderiam

1 A esse respeito, ver: BACASSIS, E. *Petit méthaphisique du meurtre*. Paris: PUF, 1998.

2 Apud MICHEL, B. *Figures et métamorphose du meurtre*. Paris: PUF, 1991.

ser citados, tinham razão. Os que quiserem mais detalhes a esse respeito podem se remeter a dois de meus livros: *Da horda ao Estado* e *As figuras do Mestre*.³ Da mesma forma, valorizo sobremaneira a tese freudiana do assassinato do pai primitivo, paradigma de todos os crimes cometidos em comum. Assassinato necessário para aflorar o sentimento de culpa e, com ele, as restrições morais, instaurando assim o direito. Mas um assassinato que legou à humanidade diversos problemas, os quais ela se esforça por resolver sem contudo lograr seu intento: que fazer com o chefe morto? Sua entronização ou sua metamorfose em pai simbólico, editando a lei e exaltando a pacificação, foram acontecimentos que não impediram sua transformação em pai idealizado, em *totem*, em ídolo, em causa que reclama de seus filhos sacrifícios sangrentos (a morte de Isaque e a morte de Cristo, para mencionar apenas os mais célebres). Simbolização, idealização, sacrifício caminharam juntos (o que não é o caso da sublimação)⁴ e nós não acabamos de pagar-lhes o preço. No que se transformaram as instituições que substituíram a violência, que têm por função a pacificação? Elas permitiram a existência do Estado de Direito. Mas falar em Estado de Direito jamais significou que o ser humano tenha os mesmos direitos, a mesma dignidade, devendo suscitar respeito e consideração. O estado nazista ou o estado soviético eram Estados de Direito, em outras palavras, estados nos quais as diferenças podiam ser institucionalizadas e sancionadas pela lei. O que aparece, pois, na noção de Direito é, em primeiro lugar, a forte prevalência da sanção (Durkheim não se enganou a esse respeito); em outros termos, a violência é institucionalizada e codificada.

As instituições não exorcisam totalmente o que presidiu seu surgimento: a violência original. Quando elas se põem a permitir o que elas mesmas tinham proibido, o assassinato oficial e reivindicado (elas deram lugar, como acabei de mencionar, ao assassinato psíquico e ao assassinato dissimulado em alienação), dão livre curso à violência outrora por elas controlada e que pode, então, afetar todos aqueles que são expostos à vindicta pública.

3 ENRIQUEZ, E. *De la horde à l'État: essai de psychanalyse du lien social*. Paris: Gallimard, 1983; e ENRIQUEZ, E. *Les figures du Maître*. Paris: Arcantères, 1997.

4 Retomaremos o ponto mais adiante.

Sobre esta questão da proibição, é conhecida a oposição entre Freud e Bataille.⁵ Freud, segundo Frazer, enuncia que a proibição é editada para fazer interpor uma barreira ao desejo de matar (porquanto interditar significa impedir o que as pessoas efetivamente não têm uma intenção profunda de realizar). Bataille, por sua vez, como Callois,⁶ considera que a transgressão está ligada à formulação da proibição.⁷ Mauss, inspirador de Callois e de Bataille, afirma por sua vez: “os tabus são feitos para serem violados”, e Bataille escreve: “a transgressão não é a negação da proibição, mas ela a ultrapassa e a completa”. Assim, se o sagrado (a proibição) deve inspirar o respeito, ele engendra necessariamente sua transgressão. Quanto a mim, a posição é simples: não é necessário opor Freud e Bataille, mas sim associá-los.

Com relação ao nosso tema, o desejo de matar (que está, não nos esqueçamos, na origem da humanidade e que aflora sempre no sacrifício) engendra a proibição (esta sempre limitada aos membros da tribo ou da nação, pois estes não devem se autodestruir, porquanto toda a construção humana está a responder ao princípio de autoconservação). Mas essa proibição, que impede a atualização de algumas tendências ou pulsões, induz à transgressão, pois a suprema felicidade, de um lado, e a inovação, a invenção social, de outro, só são possíveis pelo ato da transgressão. Sem transgressão, sem ataque à proibição, os prazeres permanecem apenas como uma codificação e um ritual, levando a que as sociedades se conduzam pela repetição (como as tribos indígenas estudadas por Clastres).⁸ A sociedade torna-se plenamente humana, isto é, inventiva, capaz de progresso na civilização graças à transgressão. É por isso que a transgressão não nega a proibição (ela a conserva, pois ela impede a autodestruição). Mas ela a ultrapassa e a completa, pois permite à sociedade se colocar sempre novas questões, tanto quanto da tarefa de resolvê-las, o que significa (e é necessá-

5 Confrontar: FREUD, S. *Totem et tabou*. Paris: Gallimard, 1993; e BATAILLE, G. *L'erotisme*. Paris: Minuit, 1951.

6 CALLOIS, R. *L'homme et le sacré*. Paris: Gallimard, 1938. (Doutrina fundada no Collège de Sociologie).

7 Mais recentemente, alguns sociólogos da Nova Escola de Chicago e um certo número de psicólogos sociais experimentais dizem que as condutas dos grupos derivam da maneira mesma que estes últimos são designados ou qualificados.

8 CLASTRES, P. *La société contre l'état*. Paris: Minuit, 1974.

rio examinar bem o caráter escandaloso desta proposição) que a transgressão à proibição de matar, resultando no assassinato, é parte integrante do trabalho civilizador. Ao admitir isso, seguindo Freud, para quem, ao lado das pulsões de vida, subsistem as pulsões de morte, de onde deriva a pulsão de destruição, devemos aceitar que o trabalho civilizador não é somente, como demonstra magistralmente Nathalie Zaltzman,⁹ a responsabilidade de cada um pela espécie humana, a responsabilidade de cada um diante do outro, mas é igualmente o não reconhecimento do conjunto humano como único, a violação da face do outro, a criação de estruturas de rejeição, de repulsa, favorecendo em cada grupo a construção de uma identidade própria. Eros e Tanatos compartilham do trabalho civilizador. Não existe uma civilização que não seja construída (ao menos até o presente) sobre os escombros de uma outra, ou que não tenha contribuído à sua decadência ou à sua liquidação.

A comemoração da descoberta da América por Cristóvão Colombo tem um valor exemplar. Devemos congratular-nos por essa revelação de um novo mundo, que os povos europeus tentaram amoldar à sua maneira e que ensejou na criação de uma civilização americana (a América do Norte e do Sul, regiões que são menos diferentes do que se pensa habitualmente) ou devemos deplorar o desaparecimento de grandes civilizações como a asteca, a maia, a inca e outras? – e a redução dos índios a povos sitiados em reservas, destinados ou à assimilação ou à eliminação? Como esquecer, se nos determos por um momento neste exemplo, que Las Casas, para proteger os índios, teve de propor aos europeus que enviassem escravos negros, contribuindo, de certa forma, com a dizimação da África?¹⁰ A civilização é a rainha da paz e da guerra. Ela é sempre fundada, como bem observa Levi Strauss, sobre a criação de diferenças e sobre critérios de classificação que sempre foram a base do sistema de dominação,¹¹ como já demonstrei em outra oportunidade.¹²

É necessário lembrar que a civilização é a conjunção da cultura (da *Kulturarbeit*, do trabalho cultural) e do social. A cultura visa, como

9 ZALTZMAN, N. *De la guérison psychanalytique*. [S. l.: s. n.], 1998.

10 Apud MICHEL, op. cit.

11 CHARBONNIER, G. *Entretiens avec Levi-Strauss*. [S. l.]: Julliard Nouvelle Ed. Agora Pocket, 1995.

12 ENRIQUEZ, 1983, op. cit.

enunciou Freud, o progresso da espiritualidade. A vida espiritual se caracteriza pela predominância do processo de sublimação sobre todos os demais. Ora, sublimar significa separar-se dos laços de sangue, substituindo-os pelos laços da paixão (importância do sentimento na sublimação) associados aos laços da razão. “Nada se faz sem as grandes paixões” – afirmava Goethe – dito de outro modo, pelo reconhecimento em si mesmo e nos outros da qualidade dos outros seres humanos, capazes de sentimentos fortes, temperados pela presença das luzes da razão e por isso mesmo dignos de respeito, uma vez que tais luzes sinalizam seu pertencimento comum à espécie humana. Lévinas diria que a face do outro nos chama e nos faz descobrir nossa própria face e o direito de cada um a uma face indestrutível.¹³ Sublimar é também estar maduro para uma busca da verdade, a compartilhar sem desejo de dominação; ser capaz de uma interrogação infinita e de um trabalho de luto; é pois deixar o mundo de certezas que conduz a se opor aos outros por aquele de um saber semelhante sempre por se realizar (*work in progress*). É, enfim (não pretendo todavia ser exaustivo), querer criar com outros obras não idealizadas, não ideologizadas, proclamando que um dos princípios do homem é a edificação da beleza, beleza sempre frágil, mas também apaziguadora e representativa dos esforços e das incoerências do homem. Assim, sublimar nos obriga a entrar em contato com os outros, nos quais nós reconhecemos os mesmos direitos que os nossos, na busca da verdade. Já o social desenvolve um programa bem diferente, onde o desejo de controle, e não a vontade de empreendimento, pode se exprimir completamente. Não é uma questão de manejar a natureza, ou ao menos reconciliá-la para fazer dela uma amiga, mas sim de ver no animal apenas um objeto a controlar e progressivamente, depois do animal, de estender sua dominação sobre os mais fracos, mulheres, crianças, idosos, antes de tentar exercer sua capacidade de empreendimento sobre os outros homens, outros “conjuntos” ou conjunto ao qual nós pertencemos. E para fazer isso, construir instituições que inspirem respeito e não o terror, instituições que permitam à lei se exprimir e ao temor da sanção amordçar as oposições. O social é o mundo da idealização, da mentira, do mascaramento (é por isso que não há boa sociedade se alguns são preferíveis a outros). No social,

13 LÉVINAS, E. *Humanisme de l' 'autre homme*. [S. l.]: Biblio Essais Livre de Poche, 1987.

ouvimos falar em sociedade apaziguada e vemos se deflagrar a violência. Desigualdades são construídas, escoradas sobre a exploração e a alienação mesma, uma vez que o social se fixa em sua vontade igualitária e seu reconhecimento da liberdade do homem. Se a cultura está do lado de Eros, o social está sempre do lado de Tanatos. Mas atenção, um Tanatos sempre necessário, pois não há cultura sem instituições, não há vínculos sem ataques contra os vínculos, não há desejo, por mais inocente que seja, que a sociedade não deva controlar, mesmo que saiba que ele poderá, um dia, prevalecer, ainda que para tanto assuma uma nova roupagem.

Amor e morte, vínculo social e assassinato estão, pois, indissoluvelmente associados. O que não quer dizer que as sociedades sejam incapazes de serem agradáveis para viver e não concedam a cada um o direito de viver como bem quiser. Toda a sociedade é a criação contínua dos homens e para os homens. Logo, sociedades melhores são possíveis. Mas a cidade ideal não é senão um fantasma cujos decaídos têm sido sempre mais mortíferos do que os criativos, o que examinaremos a seguir.

Com efeito, é necessário sublinhar uma evidência que, como toda evidência, está oculta: a facilidade com que a destruição é provocada. Uma civilização leva séculos a construir seus fundamentos, seus monumentos, sua forma de viver. E, no entanto, leva alguns anos ou algumas dezenas de anos para se destruir (o exemplo nazista ou o exemplo do Khmer Vermelho do Camboja podem nos ser suficientes) e ainda menos no que tange a destruir os outros. E por quê? Porque desde o início do cristianismo os homens estão obcecados por construir a cidade perfeita. Para purgar a cidade de seus problemas, as antigas civilizações conheciam o sacrifício humano. Ao sacrificar alguns de seus membros (cujo procedimento de designação era decodificado), a sociedade limpava suas manchas. No mundo ocidental, o sacrifício humano desapareceu. Foi substituído pelos assassinatos coletivos. O sacrifício já era um assassinato,¹⁴ mas um assassinato seletivo que permitia, como bem observou R. Girard, gerar a violência interna do grupo.¹⁵ Uma vez que esse mecanismo não mais existe (de resto, nem se coloca em causa lamentá-lo), os homens adotaram um outro: o de permitir, em

14 SCUBA, L. Ceci n'est pas un meurtre. In: HÉRITIER, F. *De la violence II*. Paris: Odile Jacob, 1999.

15 GIRARD, R. *La violence et le sacré*. [S. l.]: Grasset, 1968.

momentos privilegiados, que a violência do grupo de poder pudesse se manifestar para o exterior, nas guerras e nos massacres, eliminando os impuros do templo, exterminando todos os que pudessem representar o antigo mundo, destinando-os ao extermínio e à redenção (os judeus, os bolcheviques ou, como para os Khmer Vermelhos, todos os idosos, os pais, todos aqueles que haviam conhecido o mundo anterior e haviam podido apreciá-lo; e, naturalmente, por primeiro, os intelectuais, que haviam tido a audácia de se atrever a pensar).

Selecionar não é mais possível. É necessário eliminar todos os que não queiram ou que sejam capazes, suscetíveis de não querer uma nova ordem (O *Reich* que “duraria 1000 anos!”), transformando-os em estrangeiros ou animais, enfim, em seres nocivos. É possível mobilizar as pessoas contra eles ou, ao menos, obter sua adesão muda e sua passividade. A cidade ideal revela sua verdadeira face: a de um inferno para um grande número de pessoas e a transformação de seus assassinos em indivíduos cada vez menos capazes de sublimação, assassinos deles mesmos no que concerne a sua capacidade de contribuir à vida espiritual.

Razões sociológicas

1914-1918 inaugurou a era das matanças. A partir do momento em que uma guerra foi declarada sem uma verdadeira justificativa e concluída de maneira sinistra (o Tratado de Versalhes e outros tratados de paz), tornou-se possível a balcanização da Europa, provocaram-se milhões de mortes (de mortes sem causa, aliás), tudo se tornou permitido. Essa guerra logrou colocar em evidência três elementos essenciais que se transformaram em motor do século XX: a estreita ligação entre Estado moderno e guerra, o triunfo da razão instrumental (e seu corolário, qual seja, o declínio da transcendência dos valores) e a construção do homem novo, oscilando entre a paranóia e a apatia.

A estreita ligação entre Estado Moderno e guerra foi devidamente sublinhada por R. Callois,¹⁶ de quem retomei e ampliei algumas análises, o

16 CALLOIS, R. *Bellone ou la pente de la guerre*. [S. l.]: A. G. Nizet, 1936.

que me permitirá ser breve. A criação dos Estados-Nações, em que todos os indivíduos transformam-se em cidadãos (mesmo quando não sejam repúblicas) e são instigados a defender sua pátria em perigo, permitiu a guerra de massa, a guerra totalitária (na qual o vencido é intimado a se render sem condições), a guerra revolucionária (graças à qual os homens pretendem criar um novo Estado), a guerra de extermínio, em que os instintos os mais assassinos são aí admitidos e até favorecidos. Sabemos, desde Clausewitz, que a guerra é a continuação da política por outros meios. Quando os Estados-Nações lograram incorporar a grande maioria da população, esta se achou enredada nas malhas de uma política definida por esses estados e submetida, desta feita, à lógica da guerra. À medida em que os Estados-Nações cederam, principalmente na Europa, à onda do nacionalismo viril e quiseram constituir comunidades homogêneas, viram-se obrigados a enfrentar a polêmica definida por Carl Schmitt “amigo- inimigo” e a recusar a seus membros todo o direito à diferença ou mesmo à divergência. O outro (inimigo interno ou inimigo externo) transformava-se na pessoa a ser abatida. O combatente passou a imaginá-lo tão-somente como o adversário a suprimir. Os civis tornaram-se, então, os alvos privilegiados e, entre eles, os mais frágeis, porquanto os mais inúteis. Os bombardeamentos sem finalidade militar com vistas a suscitar o terror (Guernica, Conventry) se multiplicaram. Os campos de concentração e de extermínio tornaram-se os novos lugares onde se manifestava o poder nu e cru, sem limites, arbitrário, dos chefes. Quanto mais os Estados-Nações quiseram ser os representantes do povo unido, mais desejaram exprimir sua essência, mais tiveram recursos para os assassinatos coletivos (a Alemanha Nazista é um exemplo mais evidente deste comportamento).

A segunda parte do século na Europa ocidental assistiu ao descerramento dos vínculos entre o Estado e o cidadão (progressivamente, o indivíduo não foi mais considerado como sendo feito para a nação, mas a nação para o indivíduo, para retomar uma expressão de Marc Bloch).¹⁷ A guerra entre nações da Europa Ocidental ficou então para trás e a idéia de uma Europa unida se impôs. Mas, em outros países da Europa (na Europa do sul, com a questão da Bósnia e agora do Kosovo), nos países do Oriente

17 BLOCH, M. *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1990.

Próximo e do Extremo Oriente ou na África, regiões em que estão surgindo Estados-Nações, a guerra e os assassinatos em massa ocorrem virulentamente. Esses povos adentraram o mundo do terror. Não é evidente que eles possam deixá-lo. Em todos os casos, o Estado Moderno, querendo organizar e sobrepujar seus membros, revelou sua verdadeira natureza: a da violência constitutiva, que vai da intolerância ao assassinato organizado. Ou seja, é o relaxamento do vínculo social, que se distancia do assassinato coletivo. Todavia, esse relaxamento traz em contrapartida a recuperação e o crescimento da violência interna.

O triunfo da razão instrumental, no século XX, não significou a vitória das luzes. Ao contrário. A racionalidade, como foi evocada precedentemente, não significa um antídoto contra as paixões. Além disso, ela coloca necessariamente a questão dos fins e dos valores, questão tão simples quanto necessária: *por quê?* (Por quais razões devemos perseguir alguns fins e alguns objetivos?). A razão instrumental, por si mesma, anula esta pergunta, levando a que o problema das paixões, recalçadas e ocultadas, possam ressurgir com toda sua violência arcaica. Quanto ao problema dos fins, ela o substitui pelo problema dos meios. A questão *como?* torna-se a única a ser digna de validade. Ao nos restringirmos à questão dos meios, não somente não examinamos o valor dos fins a serem perseguidos, como também, com muita frequência, o meio termina por se transformar em fim último. A matematização do mundo, os avanços da ciência e da tecnologia (e a ideologia que a ela está associada) resultam que apenas os meios mais rentáveis e os de menor custo sejam utilizados. Tudo se resume, pois, na confrontação custo/benefício. A partir desta ótica, meios “moralmente deploráveis”, como dizia Weber, podem e devem ser utilizados. Ademais, em tal ótica, se os seres humanos são dispensados ou se são levados em conta, o são meramente como um elemento (que tentam inserir naturalmente num sistema de equações ou de inequações, sendo o cálculo reificado). Ora, se o cálculo resulta em um mínimo custo global, ele prevalece mesmo que seja dispendioso em vidas humanas.

O emprego da razão instrumental teve por consequência o declínio dos valores transcendentais, uma vez que é impossível ponderá-los. Eles são também, pouco a pouco, esquecidos, ou mesmo ridicularizados, pois impedem o controle que o homem quer ter sobre a natureza e sobre outros homens. Os campos de extermínio são um dos exemplos mais inegáveis sobre o esquecimento dos valores associados às religiões monoteístas. Eles

permitiram o desenvolvimento de assassinatos em massa uma vez que o fuzilamento era menos rentável e também prejudicial, sob o ponto de vista psicológico, aos perpetradores.¹⁸ Em um nível menos violento, as demissões em massa por diretores que querem “enxugar”, “fazer derramamento de sangue”, “retirar as gorduras” (expressões que ouvi recorrentemente em diversas organizações industriais), que criou excluídos e dejetos sociais, seres considerados como definitivamente inúteis, são uma manifestação da barbárie inerente à razão instrumental (denomino barbárie toda a decisão que pretende retirar ao homem sua condição de membro da espécie humana).

Esta constatação não significa que a razão instrumental não possa ser utilizada. Nas ciências ditas “duras” e mesmo nas ciências sociais (com a condição de termos prudência e de interrogarmos, sobre a ideologia subjacente a toda forma de formalização do real), esta se revela indispensável. Mas para que não tenhamos esses efeitos mortíferos, ela deve sempre subordinar a racionalidade com respeito a fins. O século XX fez a escolha inversa. Daí resulta um mundo onde só têm o direito de viver aqueles que podem vir a se adequar a categorias como o apropriado, o fiel, o integrado, e que podem encontrar seu lugar num universo funcionalizado. Uma vez que essa racionalidade se faz assaz imperativa, isso provoca o retorno do mundo “encantado” de valores transcendentais os mais regressivos. O fanatismo religioso, político ou empresarial são os signos de um choque com efeito bumerangue tão violento quanto impossível de ser previsto em suas proporções. Ora, os responsáveis pela tomada de decisões deveriam saber que todo o triunfo é o pai natural do fracasso. Razão instrumental e fanatismo são duas faces de uma mesma moeda. Uma vez que eles se completam em vez de se oporem, então o terror pode reinar, pois os fins mais aberrantes são perseguidos graças aos meios mais sofisticados.

O século XX fez surgir um homem novo. Certamente a figura desenhada não se aplica a todos os indivíduos. Alguns resistem. O homem lúcido (E. Bloch) não está definitivamente soterrado. Mas isto não impede que um outro tipo de homem do que aquele idealizado explicitamente pelo

18 BROWNING, C. D. *Des hommes ordinaires*, 1992. Traduzido para o francês em 1996. Reeditado em 18 out. 1998.

Iluminismo e pelo século XIX pudesse nascer e proliferar: um homem paranóico ou apático ou oscilando entre estas duas posições. Os dois são de toda a maneira os assassinos em potencial, porquanto representam, segundo Micheline Enriquez,¹⁹ duas faces do ódio.

Paranóico

Nossas sociedades, querendo-se puras e condensando todas as marcas da perfeição, experimentam uma verdadeira repulsa face a tudo o que possa minar a boa ordem social e levar a doenças perniciosas. Ora, o que é “unheimlich”,²⁰ estranho, estrangeiro, exótico, no sentido dado a este termo por V. Segalen, imigrado, não integrado, não adequado, é apreendido como suscetível de trazer a peste. “Piolhos” contaminam a sociedade e é necessário se livrar deles. Esses “piolhos” vêm do interior: os que não são como os outros serão acusados dos mais vis complôs (como, por exemplo, os judeus, como são descritos no “Protocolo dos Sábios de Sião”). Vêm também do exterior: os soviéticos ou, para os iranianos na atualidade, os americanos, símbolos do grande Satã. Cada nação incorre o risco de ser invadida, vendida em leilão. É um meio de defesa. E, para se defender, o que há de melhor do que o ataque e o extermínio àqueles que querem destruir “a felicidade estabelecida”? Nessas condições, os profetas, os messias, os gurus de todas as origens e tipos serão facilmente escutados. Pois eles presidem o apocalipse e indicam o caminho da redenção. Eles colocam as pessoas no imaginário e asseguram-lhes a possibilidade de realizar seus sonhos mais loucos. Desde que se aceite todavia uma condição: matar ou eliminar de si o que poderia ser um obstáculo à criação de uma “raça de senhores”, ao “homem comunista” ou ao “combatente do Islão”.

19 ENRIQUEZ, M. *Aux carrefours de la haine*. Paris: Epi, 1984.

20 Adjetivo que designa um sentimento que, dado o caráter misterioso e desconhecido de um objeto ou fato, exerce a um só tempo temor e fascínio.

Apático

Desde Sade, conhecemos sua face. Ele teme todas as emoções, recusa se deixar tocar, quer se afastar das paixões. Para ele, outros seres humanos são apenas possíveis instrumentos de seu regozijo. Vê-se simplesmente como portador de um papel social. Se ele se engaja pessoalmente, o risco que corre é o de se entusiasmar, de se apaixonar, de vibrar e então de ser “perturbado”. Ele recusa o “transtorno do pensamento” assim como o transtorno emocional (Tocqueville). Não que sublime as emoções. Ao contrário, ele sabe que elas existem. Ele trata as emoções como uma tecla de piano. Tenta tocá-la mas se proíbe de sentir. Não detesta ninguém, mas é incapaz de amar. Com efeito, ele possui uma doença grave. Pelo menos é o que nos diz Freud. Mas não está consciente disso e se imagina bem dessa maneira. Viver sem culpa, ele só pode ter vergonha de não ter cumprido bem suas tarefas. Funcionário consciencioso, executa as ordens, muitas vezes, com extremo zelo. Sabe que será por isso recompensado. Não se interroga sobre o valor das ordens, pois interiorizou perfeitamente os preceitos e os princípios da razão instrumental. Vê-se tanto mais indivíduo à medida em que funcione como elemento de uma massa, provando, mais uma vez, que o individualismo mais impetuoso não é em nada contraditório com o processo de massificação. Ele crê, como afirmava Wilhelm Reich, no que dizem os poderosos, não crendo em seu próprio pensamento. Desta maneira, pode praticar o mal sem se aperceber do que faz. Eichmann foi um bom exemplo, mas poder-se-ia encontrar exemplos na França tão convincentes quanto este. Entretanto, essa personagem detesta, ainda que inconscientemente, aqueles que pensam por si mesmo, aqueles que assumem suas responsabilidades, como mencionou Micheline Enriquez.²¹ Assim, ele pode dirigir seu ódio inconsciente sobre todas as pessoas que pareçam existir por elas mesmas (os judeus, os ciganos, os idosos, e outros). Quando exerce o poder, controla e destrói os outros, não por necessidade mas somente porque estes ou se arriscam, tendo em vista sua originalidade de “corroer a máquina”, ou porque se revelam inúteis para a organização (no caso das

21 ENRIQUEZ, 1984, op. cit.

demissões coletivas). Podemos suspeitar, como o fez Devreux,²² que em sua personalidade operou-se uma verdadeira clivagem: de um lado, a vida privada, onde talvez sentimentos sejam manifestos, de outro, a vida pública, onde ele é apenas elemento de um conjunto maior. Nesse caso, ele não está senão a seguir os imperativos de uma sociedade burocrática que transformou a separação entre vida pública e vida privada no alfa e no ômega de todas as condutas e que levou a razão instrumental a seu apogeu.

A existência desse tipo de personagem foi frequentemente contestada. Lanzmann,²³ por exemplo, recusa a banalização do mal apresentada por Hannah Arendt.²⁴ Para ele, toda a pessoa que pratica o mal sabe muito bem o que está fazendo. Creio que ele tem incontestavelmente razão, a não ser por um fato essencial: é possível praticar o mal, matar pessoas às centenas sem experimentar a sensação de estar fazendo o mal. Se o homem foi rebaixado à categoria de animal (depois que o animal foi separado definitivamente do homem), não é grave nem matá-lo nem humilhá-lo. Como escreve Florence Burgat:

...aquilo que faz com que o homem seja relegado a um animal foi notadamente analisado por Cl. Levi-Strauss ao constatar que “o mito da dignidade exclusiva da natureza humana” conduziu “ao ciclo maldito” de um processo pelo qual a fronteira entre o humano e o animal serviu para “separar os homens dos outros homens e para reivindicar, para o benefício de minorias sempre restritas, o privilégio de um humanismo, corrompido desde o nascimento por ter emprestado do amor próprio seu princípio e seu conceito.”²⁵

Eu, de minha parte, havia tentado, da mesma forma, mostrar anteriormente que a cisão entre o homem, de um lado, e os animais e as plantas, de outro, conduzira à dominação dos homens pelos homens.²⁶ O homem,

22 DEVREUX, G. *Essays d'ethnopsychiatrie général*. Paris: Gallimard, 1973.

23 LANZMANN, C. Les non-lieux de la mémoire. *L'amour de la haine*, NRP, n. 33, 1986.

24 ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: ensaios sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

25 BURGAT, F. La logique de la légitimation de la violence. In: HÉRITIER, op. cit.

26 ENRIQUEZ, 1983, op. cit.

predador nato, diverte-se, freqüentemente, na infância, a massacrar insetos. Por que não mataria homens sem maiores remorsos? Sobretudo quando introjetou a razão instrumental, querendo afastar essencialmente toda preocupação e vivendo em uma sociedade onde essa violência é admitida e favorecida.

Quando a posição paranóica, sempre um pouco manchada de sadismo, une-se à posição apática, perversa, os limites não são mais respeitados. O paranóico, seguro de seu valoroso direito, certo de lutar contra as forças do mal, coloca todas as suas energias e pulsões a serviço de sua causa. Se ele é também um apático, um perverso, melhor fará esse “trabalho”, com a capacidade meticulosa de um funcionário exemplar. Pode constatar esta conjunção no mesmo indivíduo em várias empresas, onde os patrões utilizam-se de processos refinados e perversos para destruir moral e psicologicamente seus subordinados, pensando agir em nome do bem, em nome da causa (da empresa). Efetivamente, a empresa os compensa por isso, mas esses mesmos procedimentos são a qualquer hora aplicados a eles, sendo eles liquidados por sua vez. Sem dúvidas, tratamos aqui explicitamente de mortes psíquicas. Quantos homens, entretanto, são definitivamente “marcados” por uma tal experiência, que acaba por anulá-los e por lhes suprimir toda a capacidade de revolta? Dito de outra forma, de falar, com voz firme, com dignidade, em seu nome o que sinalizaria sua vontade de ainda ser homem?

Assim, o novo indivíduo criado pelo século XX está sempre pronto para o crime. E isso tanto mais quanto ele tenha que resolver seus problemas por si só, que seu “eu se tornou um fardo” e que ele perceba os outros como causando o máximo de dificuldades – podendo talvez aniquilar seu eu e despertar nele a angústia da fragmentação. A famosa frase “O inferno são os outros” torna-se o motor de sua ação. “Que morram os outros, então! Eles bem que merecem!”

Razões psicossociológicas

As mortes coletivas fazem-se sempre em grupo e são o testemunho da adesão das pessoas ao grupo ao qual fazem parte. Sabemos, há muito

tempo, que se os homens podem conduzir sua ação referindo-se a valores transcendentais, a uma ideologia, o mais forte fermento continua a ser, a despeito de tudo, seu desejo de não contrariar as normas do grupo, sobretudo quando este detém um alto grau de coesão e é dirigido por um líder no qual os homens depositam sua confiança. Os estudos sobre a eficácia e o moral dos militares alemães durante a Primeira Guerra Mundial e dos militares americanos durante a Segunda Guerra Mundial produziram os mesmos resultados: quanto mais unidas as divisões de combate, melhor seus membros se entendem no conjunto, mais seus chefes investem positivamente, mais sólido é o moral dos soldados e com mais energia eles combatem, mesmo se não são motivados por uma ideologia e mesmo se não sabem porque combatem.

É mais eloqüente ainda a história de 101.º batalhão de polícia de reserva de Hamburgo, analisado por Browning.²⁷ Mencionarei apenas dois fatos: antes da primeira matança de judeus por fuzilamento em Josefow, o comandante do batalhão deu a seus homens a possibilidade de recusar a proceder a execução. Somente doze homens (entre mil e oitocentos), que jamais seriam incriminados por causa dessa decisão, desistiram. À medida que as “ações” de massacre se perpetuavam e ainda que os homens tivessem sempre a possibilidade de abster-se da obrigação de matar (salvo, uma vez, durante a segunda execução em massa), eram vistos cada vez menos os que recusavam e mais voluntários. Tratava-se, entretanto, de “homens comuns” e não de uma S.S. fanatizada. Ao comentar esse livro, Bensoussan escreveu:

Recusar-se a obedecer pode causar o temor à punição. Mas a recusa a juntar-se ao grupo genérico, mais ainda, o temor do isolamento, é uma atitude raramente evocada. O conformismo, o gosto do consenso e a pressão do grupo desempenham um papel capital no assassinato.²⁸

27 BROWNING, op. cit.

28 BENSOUSSAN, G. *Auschwitz en héritage*. [S. l.]: Ed. Mille et Une Nuits, 1998.

Dessa forma, *a pressão do grupo por uniformidade*, que havia sido analisada outrora por Wilhelm Reich e que foi objeto de um grande número de estudos psicológicos americanos e franceses, tem um peso decisivo. Ninguém deseja ser tachado de frouxo ou maricas por seus camaradas. Ainda, ao fazer de modo semelhante aos outros, cada um é reconhecido por eles (e sabe-se bem o papel decisivo que o desejo de reconhecimento desempenha nos grupos),²⁹ podendo, facilmente, levar a que o indivíduo se sinta um herói, pois tem coragem de executar qualquer tarefa por mais horrível que seja. Os membros de um grupo cederam ao contágio de atitudes e comportamentos para não serem rejeitados, para não se sentirem *no exílio*. Ao fazê-lo, eles estão tomados pelo fantasma da “ilusão grupal” definido por Anzieu³⁰ e, mais ainda, pelo da “obsessão da plenitude”, como pude evocar,³¹ graças ao fato de o grupo funcionar sob a égide de uma metáfora comum: a de um corpo pleno, sem falhas, sem temporalidade, verdadeira carapaça que lhe serve de proteção total. Essa metáfora se apóia sobre uma moléstia da idealização que visa transformar esse “grupo aqui”, “agora”, “nesse espaço”, em um grupo puro, perfeito, que funciona segundo a lei que designa a cada um, um papel do qual não pode nem deve se livrar. Os membros do grupo adquirem assim uma identidade coletiva que substitui a sua própria. Eles afastam toda a preocupação e sem dúvida suas diferenças internas desvanecem. Podemos apenas lembrar da bela frase de Devreux:³²

O ato de formular e assumir uma identidade coletiva massiva e dominante – e isso qualquer que seja esta identidade – constitui o primeiro passo à renúncia “definitiva” à identidade real. Ao identificar-se somente como um espartano, um capitalista, um proletário, um budista, está-se muito próximo de não ser nada e *portanto de absolutamente não existir*. Mas, depois de tudo, ser, não é o mais difícil?

29 Cf. ENRIQUEZ, E. Le lien groupal *Bulletin de Psychologie*, n. 360, 1980.

30 ANZIEU, D. *Le groupe et l'inconscient*. [S. l.]: Dunod, 1975.

31 ENRIQUEZ, E. et al. *La formation psychosociale dans les organizations*. Paris: P.U.F., 1971.

32 DEVREUX, op. cit. Grifo do autor.

O grupo (a não ser que seja um grupo que pensa, isto é, que admite a diversidade de seus membros e portanto não apenas o confronto, mas também a dissensão e mesmo a polarização radical) serve como uma “segunda pele”, um “involúcro psíquico”, para retomar os termos de Anzieu.³³ Ele protege e obstrui. Por definição, ele tende a querer transformar-se em “comunidade” compacta, em sociedade secreta, em seita e absorver portanto todos os indivíduos, provendo-os com um psiquismo coletivo. Essa tendência foi magistralmente estudada por Freud em “Psicologia de massas e análise do eu”,³⁴ demonstrando como os membros do grupo identificavam uns aos outros após terem estabelecido um objeto comum (o chefe, a causa) no lugar de seu ideal do eu. Para Freud, a coesão (termo não utilizado por ele) do grupo, sua unidade, a semelhança de comportamentos dos seus membros só seria possível (em todo caso, no que diz respeito aos grupos por ele estudados) com a presença de um chefe, de um guia que tivesse por cada um de seus homens um amor igual e que recebesse deles um amor recíproco. O que pudemos verificar, ao retomarmos o texto de Browning, é que os investimentos de amor em relação ao chefe e sua presença soberana entre os membros do grupo não eram fundamentalmente necessários para assegurar a “massificação” do grupo. Certamente que um grupo guiado por um chefe munido de carisma tem grandes chances de desenvolver condutas uniformes, mas não é menos certo que o contágio das atitudes e o conformismo no comportamento pode apoiar-se sobre outros fundamentos ligados mais diretamente à dinâmica do próprio grupo. O grupo em si, se não opera a relação fusional, incita a comunhão, ainda mais quando pensamos na *comunhão dos fortes contra os fracos*. De qualquer forma, como diz o provérbio: é só dar o primeiro passo. É por isso (salvo raras exceções) que aqueles do 101.º batalhão foram endurecendo e continuaram os massacres. Para esse primeiro passo, eles se tornaram como que irmãos. Eles não podiam mais ter uma outra imagem de si. Haviam perdido o “juízo”, tornando-se incapazes de se perceberem como assassinos. Sacrificaram inimigos em nome de um chefe que encarnava uma causa ou tornava-se seu porta-voz.

33 ANZIEU, D. *Le moi-peau*. [S. l.]: Dunod, 1985; ANZIEU, D. et al. *Les enveloppes psychiques*. [S. l.]: Dunod, 1987.

34 FREUD, S. *Psychologie des foules et analyse du moi* [1921]. In: FREUD, S. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1985.

É possível, assim, sacrificar a si mesmo por um ideal. É necessário também repetir o tempo todo para os homens que eles não estão assassinando, mas simplesmente eliminando os inimigos da causa, do chefe e mesmo da humanidade (certos chefes nazistas disseram claramente que desejavam criar as condições para a vinda de um paraíso, assim como Pol Pot).³⁵ Portanto, não tratamos mais de mortes, mas de sacrifícios coletivos. Nessas condições, os sacrificadores sentem-se absolvidos. Ao sacrificar, eles mostram um respeito pelo sagrado, pela lei promulgada pelo guia ou pelo texto divino ao qual todos devem obedecer. Eles próprios se tornam sagrados. Sabem disso conscientemente? É pouco provável. Porém, têm o sentimento de agir pela causa. Os atiradores isolados do Líbano, que usavam suas armas assim que viam alguém, tanto quanto os “degoladores” algerianos, não têm (se acreditarmos em suas declarações) problemas de consciência. Eles trabalham ou trabalharam pela sua pátria ou pela renovação do Islão. Num determinado sentido, são como padres proclamando no sangue sua fé intangível. Todos se comportam como o padre de madeira de Nemi, figura emblemática de Frazer,³⁶ alternadamente rei, padre e assassino. São os reis do mundo, pois matam aqueles que não possuem defesa, como padres que oficiam e sacrificam e verdadeiros assassinos, que, ao modo do homem de Nemi, temem apenas sua própria morte. Para acalmar esse temor, somente uma solução: continuar a matar. Sem culpa, porque a razão e a lei só podem estar do lado mais forte.

Poderíamos acrescentar outras características psicossociológicas: o narcisismo grupal nascido do “narcisismo das pequenas diferenças”, estudado por Freud; a cultura do grupo exclusiva da cultura dos outros grupos, considerados como portadores da sordidez, que vê na eliminação destes a única saída possível; o fato de que cada um dentro de um grupo que lhe serve de espelho brilhante testa os limites de sua identidade e o aproxi-

35 Líder da esquerda do Camboja, cuja política de migração forçada da cidade para o campo e a eliminação de adversários políticos nos anos setenta, provocou centenas de milhares de mortes. (N. do T.)

36 FRAZER, J. C. *Le Rameau d'or*. Reeditado por Robert Laffont, col. Bouquins, 1983. Sobre o padre Nemi, cf. artigo de L. Scuba e os textos do Colégio de Sociologia reunidos por HOLLIER, D. *Le Collège de Sociologie*. Paris: Gallimard, 1979 ou 1985 (nova edição ampliada).

ma dos outros para não viver a angústia da fragmentação. Não insistirei mais: essas características são bem conhecidas. Gostaria apenas de observar que os que vivem em grupos oclusos, fechados em si mesmos (e os grupos assassinos são dessa ordem), mal se apercebem que o resto do mundo existe, o que torna favorável o desenvolvimento da tentação paranóica.

Todo grupo é mensageiro (às vezes, sem que o saiba) de uma esperança messiânica. Ele contribui para a salvação do mundo, para expurgá-lo de seus pecados, recriá-lo (tema constante dos Khmer vermelhos e dos comunistas chineses à época de Mao). Crê no impossível e na sua realização na terra. Por vezes, fica atado a um “imaginário ilusório”³⁷ tramado pelos homens de poder, a dizerem a seus discípulos que, quanto mais se identificarem, se submeterem, renunciarem, mais coisas receberão centuplicadas, e atado a “um imaginário motor”³⁸ que lhes dá força e energia para empreender e perseguir o combate, pois é a forma de transformar o fantasma (“um mundo novo sem impurezas”) em realidade. Ele não sabe que o fantasma não pode nem deve se tornar realidade sob pena de, em vez do resultado esperado (o paraíso), conceber apenas o inferno para os outros assim como para si, podendo somente, com o tempo, a destruição do outro engendrar sua própria autodestruição. Ele não sabe também que os perseguidores não são os inimigos assim denominados, mas sim que não há pior perseguidor do que o perseguidor interno, cheio de desejo de ser todo-poderoso. Dessa forma, a tentação paranóica que subjaz em todo grupo (mesmo que não seja operante em todos eles) é um fator suplementar à liquidação de todos aqueles que se oponham ao grande projeto de um mundo melhor, onde só haverá amor entre os seres eleitos, já que os outros, os seres odiosos e perseguidores, desapareceram definitivamente da terra, da nação ou do grupo o qual tentavam, através de seu suposto complô, sujeitar.

37 ENRIQUEZ, E. *Imaginaire social, refoulement et répression dans les organisations. Connexions*, EPI, n. 3, 1972; retomado em *Les jeux du pouvoir et du désir dans l'entreprise*, DDB, 1997.

38 *Ibid.*

Razões psicológicas

A psiqué do indivíduo não pode ser totalmente desligada do contexto social. Freud insistiu bastante sobre esse ponto no início do texto “Psicologia de massas e análise do eu”. Lembremo-nos de suas célebres frases:

...na vida psíquica do indivíduo tomado individualmente, o Outro intervém regularmente como modelo, suporte e adversário, e desse fato a psicologia individual é também, primeira e simultaneamente, uma psicologia social, nesse sentido alargado, mas perfeitamente justificado.³⁹

O pertencimento à espécie humana, a sociedade na qual ele vive, os grupos aos quais pertence vão portanto exercer todo o seu peso sobre a psiqué individual, como notei anteriormente. Ao viver em um universo ultra-competitivo onde reinam particularmente a razão instrumental e a pressão dos grupos para a uniformidade, os homens vão se tornar cada vez mais insensíveis aos outros, criando uma “pequena sociedade para seu uso” (retomando a expressão de Tocqueville) e desenvolvendo comportamentos perversos e paranóicos. É portanto possível tentar isolar certas razões de ordem estritamente psicológicas para completar o quadro desenhado até agora.

Cada indivíduo está em busca de sua identidade. Ele a deseja mais unificada e sólida possível, pois tenta realizar o princípio do prazer. Logo, tudo o que é suscetível de entrar a realização de um tal programa poderá ser considerado como um obstáculo a se levantar, a se contornar, a destruir segundo a necessidade. E isso ocorre mesmo que os outros, o outro generalizado (homens, grupo, sociedade), esforcem-se por todos os meios a lembrar-lhe que ele não está só, que existem restrições, que não pode colocar em marcha seu fantasma de todo-poderoso, que ele deve trocar seu eu-ideal por um ideal de si em maior conformidade com as exigências da vida humana e social. Ele é portanto suscetível de ser rejeitado, destruído, reduzido. Quando, repentinamente, o corpo social lhe permite colocar em mar-

39 FREUD, S. *Psychologie collective et analyse du moi*, op.cit.

cha sua força, deixar fluir o sentimento de sobrepujar os outros e de os comandar, ele pode então deixar falar a pulsão de destruição em toda a sua impunidade. Escutemos um torturador:

Quando prendíamos alguém, não era para entregá-lo à justiça, mas para eliminá-lo. De fato, não torturávamos de forma alguma como aqueles que mandam seus prisioneiros para o tribunal. Nós os matávamos... Havia uma certa loucura dentro de nós, não éramos mais normais. Pensávamos que uma vida não significava mais nada... Sim, eu tirava a minha parte. Após uma missão, você se sente como se tivesse ido para a cama com uma mulher. A adrenalina corre em você, você fica exausto.⁴⁰

Sade foi primeiro a demonstrar que torturar os corpos, queimá-los, cortá-los, provocar a dor, podia causar prazer, tornar alguém um rei acima de todas as leis, sendo a única lei respeitada a de seu desejo e de seu prazer. E, enquanto age, se possível, deve falar para racionalizar o ato violento. Assim, não somente é necessário fazer o mal, mas também utilizar uma linguagem torturante, desqualificando o outro e mostrando que nele não há sentido. A identidade se afirma na destruição, o prazer aumenta à medida em que o outro é apagado e reduzido a uma coisa que não pode se mexer e com a qual não há nada a compartilhar. O fantasma do todo-poderoso está em vias de se realizar e a virilidade pode ter seu caminho desimpedido.

Não se pode mesmo compreender uma tal violência se não associarmos o ódio do outro a um ódio muito mais fundamental: o ódio de si. Lessing é conhecido por sua obra sobre o ódio de si judaico.⁴¹ Lessing enunciou a hipótese de que muitos judeus na nossa sociedade eram movidos pela recusa de serem judeus, recusa que encontrava sua origem “na tendência do judeu de interpretar um azar que o acomete como expiação por uma falta cometida.” Apontou este ódio em um certo número de seus correligionários, do qual era exemplo, em especial, Otto Weininger, de quem podemos relembrar a famosa frase: “O judeu é embuído dessa feminilida-

40 Citado em transmissão de televisão em 17 de janeiro, Paris, “Profissão Torturador”.

41 LESSING, Th. *La haine de soi* (1930). Traduzido para o francês por Berg international, 1990.

de que vimos ser apenas a negação de todas as qualidades masculinas.”⁴² Poderíamos complementar esses retratos com aquele do Sr. Sachs, judeu amigo de Cocteau, que terminou por se converter e entrar para a *Gestapo*. Mas esse ódio de si, que Lessing atribuía apenas aos judeus toca, de fato, toda a humanidade. Por uma simples razão evocada tanto por Castoriadis⁴³ quanto pelo autor destas linhas: a impossibilidade de cada um realizar plenamente seus desejos e o papel da culpa ou da humilhação (os povos monoteístas são movidos mais freqüentemente pela culpa e os povos orientais pela humilhação) ensinada, inculcada pelos primeiros educadores, que força cada um a tomar consciência dos seus limites em relação a si mesmo e em relação aos outros. Limites insuportáveis, pois mesmo que não seja admitida a concepção de Castoriadis, segundo a qual existiria uma “mônada psíquica” que se insurgiria contra a realidade, é possível apenas verificar a importância dos ferimentos narcisísticos impostos pelo contexto à psique, ela também é socializada após o nascimento. Ferimentos sempre numerosos, pois a educação é, por definição, violência e é vivida como arbitrária e incompreensível pela “criança”. Esses ferimentos nos remetem à nossa pequenez, à nossa impotência (tomemos, como exemplo, a raiva expressa por toda criança quando os pais não cedem à realização imediata dos seus desejos ou mesmo os negam) e significam para nós a obrigação de renunciar ou reprimir nossos desejos, pois existe uma lei mais alta a ser respeitada.

Cada um é, portanto, movido por um ódio inconsciente de si, porque o eu não é admirável, o eu é um “anjo-caído” em função dos outros, demandando sempre reparação. Então, quando o outro bate à nossa porta, quando existe um sistema de tortura ou um sistema centralizador do tipo “ou nós ou eles”, o ódio pode ser enfim exteriorizado, atingir um outro objeto, mesmo se este for um substituto pobre dos objetos-sujeitos que nos fizeram mal fastagórica ou realmente. O ódio do outro é apenas o inverso do ódio de si, sempre primevo, ainda que seja sempre tributário da existência do outro.

Sobre esse tema, Freud hesitou por muito tempo. Ainda que em “A pulsão e suas viscissitudes”⁴⁴ ele enuncie que o sadismo seja originário

42 Apud ENRIQUEZ, 1997, op. cit.

43 CASTORIADIS, C. Notes sur le racisme. *Connexions*, EPI, n. 49, 1987.

44 FREUD, S. Pulsions et destins de pulsions. In: FREUD, S. *Métopsiologie*. Paris: Gallimard, 1968.

e preceda o masoquismo, em “O problema econômico do masoquismo”⁴⁵ declara que é o masoquismo o originário. “É admitido, escreve ele, que a pessoa cometeu um crime, ficando subscrito, que deve ser revivido por todos os procedimentos de dor e de tortura”. Qual é esse crime? Nesse texto, Freud evoca a masturbação, o auto-erotismo. Se essa hipótese é plausível, se podemos retê-la, ela não é no entanto suficiente. De minha parte, acredito, sendo fiel ao Freud de *O mal-estar na civilização*,⁴⁶ que esse crime tem três origens:

a) de um lado, o assassinato do pai primitivo que, se foi esquecido ou reprimido, assombra a todo momento os inconscientes (e talvez as consciências). Nesse sentido, não é necessário evocar aqui, como o faz Freud, a idéia segundo a qual a ontogênese reproduziria a filogênese. Basta afirmar os princípios educativos que fazem de todo ser um culpado e um ignóbil latente por toda a eternidade. O discurso dos pais veicula preceitos morais e não há preceito moral sem crime ou desejo de crime ou sem que a criança, em sua existência enquanto tal, sinta ter uma falta para expiar.

b) por outro lado, o fato de que a criança em seu amor não saiba distinguir o amor do ódio e destrua aquilo que ama. A criança devora e incorpora. Ela percebe seu ato como um crime que deve pagar. Portanto, teme que seus pais lhe recusem amor. Deste modo, seu sentimento de culpa deriva de sua angústia frente à autoridade, angústia alimentada por seus próprios atos. Como não lembrar do que diz Penthesiléa, rainha das Amazonas, após ter cravado seus dentes no corpo ofegante de Aquiles: “Desejar... despedaçar... isso rima, quem sente amor pensa em um e faz o outro...” e, dos versos de Oscar Wilde, em “A balada do cárcere de Reading”:⁴⁷ “Destruímos tudo aquilo que amamos”. O amor arcaico é devorador. Toda criança o sente, todo homem o experimenta. Um dia, é necessário pagar o preço.

c) enfim, não se deve omitir a severidade do Superego. Dada a impossibilidade de esconder do Superego a persistência dos desejos defendidos, a angústia frente ao Superego passa a outro “o sujeito a se punir” (Freud). O masoquismo é o preço a ser pago pela violência do desejo, ele

45 FREUD, S. Le problème économique du masochisme. In: FREUD, S. *Névrose, psychose et perversion*. P.U.F., 1973.

46 FREUD, S. *Malaise dans la civilization*. Paris: P.U.F., 1967.

47 No original: *The Balade of Reading Gaol*. N. do T.

conduz ao ódio de si, pois esse desejo é reprimido, levando o homem a se sentir culpado ou humilhado por isso. Damo-nos conta então que ao passo que o masoquismo é uma sensação primeva e que o sadismo em relação ao outro é somente a projeção do ódio de si, a violência do desejo (de devorar) tem em si mesma conotações sádicas. Sadismo e masoquismo não se opõem radicalmente.⁴⁸ Eles meramente convidam o homem a desconfiar sempre dos outros, mesmo se os ama. Se a sociedade lhe dá alimentos ideológicos para simplesmente abominá-los, a tarefa se lhe torna mais fácil. Toda a dor pelo outro, todo o prazer para si e sua identidade (seu narcisismo) sairá glorificado.

Não é necessário continuar. O resto é decorrência disso. Jacente na psiqué está o desejo de ser único, de não ser tocado, de ser um Narciso sem rédeas e triunfante. Portanto, pode submeter-se às mais terríveis ordens, à ideologia mais sufocante, a não viver em um *état agentique* segundo a expressão de Milgram,⁴⁹ de participar da “zona cinza” de que fala Primo Levi se o narcisismo não for atingido; ainda por cima, pode alcançar a alegria e sentir-se um senhor. Não necessariamente um grande senhor, um grande funcionário; ser um pequeno funcionário tranqüilo, que não pensa muito, pode fornecer satisfações intensas. É certo que nem todo mundo é assim e alguns são capazes de resistir. Mas, como diz Milgram: “Os humanos são levados ao assassinato sem grandes dificuldades”.

Para concluir, é necessário precisar que essas razões, por nós destacadas e tipificadas para efeitos de análise, interagem umas com as outras, entrelaçando-se para formar nós que permitem prender o homem à jaula de seu desejo. O indivíduo é ao mesmo tempo único, membro de um ou mais grupos, da sociedade inteira e do gênero humano. Isso é que o torna tanto mais maleável. Pode sempre encontrar boas (e más) razões para as suas maquinações. Deve encontrar a sua identidade, ou admirar seu chefe, ou agradar seus amigos, ou ser racional etc. É por isso que os assassinos, ainda que a culpa ou a humilhação estejam na origem do desenvolvimento da humanidade, não se sentem culpados nem humilhados por seus atos. Bem ao contrário. Eles os reivindicam como aquele dentista (de cujo nome não me recordo), assistente de Mengele em Auschwitz, que declarou, há

48 Cf. WINTER, J. P. Tentative de “viologie”. In: HÉRITIER, op. cit.

49 MILGRAM, S. *Soumission à l'autorité*. [S. l.]: Calmann-Lévy, 1974.

alguns meses, em um jornal alemão, que encontrara “ótimas condições” de trabalho em Auschwitz, onde sua tarefa(!) consistia em injetar pus nas gengivas dos prisioneiros, e que foram necessários apenas alguns dias para adaptar-se àquele lugar, onde tinha pleno conhecimento que milhares de judeus (“verdadeiros ratos”, diz ele) eram asfixiados. Um criminoso solitário, que tem apenas um crime de sua autoria pode vir a ter remorsos, um *serial-killer* mais raramente, pois a realização de seu fantasma impulsiona sua propensão a matar;⁵⁰ já um participante dos assassinatos coletivos ou aqueles que o decidiram, praticamente nunca. O grande número elimina a emoção se ela ainda existir. Os processos Eichmann, Barbie, Touvier, Papon apenas confirmam essa ausência de remorsos. Eles fizeram a sua parte. Poderiam chamar seu trabalho de “civilizador”. Do que realmente se pode acusá-los?

É incontestável que uma sociedade em que genocídios, “purificações étnicas”, degolações se multipliquem e sejam banalizados, torne-se uma sociedade insensível. São muitos crimes para sentir alguma emoção. Ao contrário, a violência torna-se pública cada vez mais claramente. Violência nos filmes americanos (sempre um estrondoso sucesso), violência cotidiana na televisão e em outras mídias, violência na Internet e nos jogos eletrônicos, onde se pode matar por lazer, violência no dia-a-dia, causando o crescimento da sensação de insegurança, mas igualmente, uma adaptação à violência. Nas nações ocidentais (Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental), onde os assassinatos coletivos desapareceram, os assassinatos individuais e os assassinatos psíquicos aumentam. A guerra econômica faz suas vítimas. A violência sutil da empresa substituiu a exploração brutal. Ela não mais parece insuportável para muitos. A desigualdade aumenta, elevam-se os dejetos humanos. Poucas pessoas ainda são capazes de reagir a essa tendência mesmo se pesquisadores, outros profissionais e atores sociais tentam definir novas vias. No estado geral das coisas, não parece, apesar da literatura abundante sobre assassinatos em massa, que os sujeitos humanos tenham tomado consciência da amplitude das transformações. O arrependimento está na ordem do dia, mas ele apenas alimenta (mesmo se

50 DE MIJOLLA-MELLOR, S. Le meurtre: entre fortune et réalité. In: *Violences: lieux et cultures*. [S. l.]: Associations Rénovations, 1997.

for de boa fé) a “boa consciência”, que permite a numerosos grupos ou organizações a se redimirem e assumirem um ar acolhedor e benevolente. O egoísmo, o cinismo (no sentido vulgar do termo), o ceticismo, o relativismo prosperam. Perguntamos cada vez menos como buscar a verdade e cada vez mais como livrar-nos das coisas e sobreviver. O “politicamente correto”, que possuía fundamentos humanistas evidentes, acaba como uma aceitação flexível de todas as diferenças e de todas as opiniões.

Os homens de convicção fazem-se raros enquanto os bons e maus administradores pululam. As pessoas se acomodam com as convenções, toleram-se sem se amarem. Se o crime não está mais em questão, o amor também não. Nossas sociedades vivem um *déficit* de libido. Assim, cada um pode não tomar parte e proteger-se. Os homens vivem no efêmero e os projetos de longo prazo causam riso. O desejo de revolução se extinguiu quando foi possível perceber os desgastes causados pelas sociedades que quiseram retomar tudo pela base. Os movimentos sociais radicais esmorecem.

Os indivíduos tornaram-se mais indiferentes, mais transparentes, quase diáfanos, sem profundidade. Quanto ao aparelho psíquico, se naturalmente continuou o mesmo, funciona em ritmo lento. É o “eu” adaptativo e adaptado que é objeto de todos os cuidados. Os ideais do “eu” causam medo, as pulsões são canalizadas e assépticas; quanto ao Superego, desde que foi comparado a um “policia” dentro da mente, desqualificou-se. Isto porque há a pretensão de difundir várias proibições repressivas e poucas proibições estruturantes. Os educadores não sabem mais os limites e as balizas que devem impor. A referência à lei organizadora do social não está mais em uso. Multiplicam-se os delinquentes, grandes e pequenos, porque não há nada mais bonito, mas esportivo, do que contornar e ridicularizar a lei e as leis. Além do mais, cada um se vê como vítima (da sociedade, dos capitalistas, dos imigrantes, dos delinquentes). O grande termo da moda é sofrimento. Entramos na civilização da queixa. Não se trata de lutar por idéias, pela democracia e de afrontar os problemas e os obstáculos, mas designar a causa do mal, de exigir seu desaparecimento, de obter reparação.⁵¹ Uma vítima

51 Cf. GARAPON, A. *Le Gardien des promesses*. [S. l.]: Odile Jacob, 1996; e igualmente CIFALI, M. Influência e responsabilidade, que aparecerá na *R.F.P.*, número sobre grupos.

não precisa do Superego, da instância proibitiva. Ela precisa ser ouvida, confortada, obter um tratamento terapêutico se necessário. Também o mundo sofre uma clivagem. De um lado, os dominadores, os capitalistas, os tubarões das finanças (os paranóicos e os apáticos) que exigem submissão; de outro, as vítimas; e entre os dois, os assistentes sociais, os psicólogos, os psicanalistas, os mediadores, os sociólogos, os animadores de rua, os educadores etc., cujo papel é de limitar o conflito e ir em socorro das vítimas. Mas como todo mundo pode ser um dia uma vítima, é necessário, como indiquei, que cada um assegure-se de possuir um “eu” sólido, flexível, adaptável.

Podemos assim fazer os esforços necessários para acompanhar as transformações econômicas e sociais. O homem não se sente mais como um portador da *Kulturarbeit*, do destino da civilização, da evolução social nem da violência do mundo. Ele quer a paz, quer consumir os objetos e os signos. Essa constatação talvez pareça sinistra, mas acredito que deva ser feita. Por outro lado, o pior não logra vitória em definitivo, pois é sempre no momento em que a esperança desaparece que surge o imprevisto e o novo. Esse imprevisto nos anuncia um esclarecimento ou uma doce catástrofe. Sinto-me incapaz de enunciar uma hipótese. A única possibilidade que me resta é desejar continuar apesar de tudo o que há para pensar e agir com as pessoas, a reconhecê-las, a amá-las se possível. Se a aurora levantar-se, tanto melhor. Se não, será necessário continuar o trabalho tranquilamente, pacientemente. Afinal, Moisés nunca viu a Terra prometida e os Hebreus precisaram errar quarenta anos no deserto. Não temos razão para crer que eles pagaram o suficiente por nós e que eram mais fortes e resistentes do que nós. O caminho deve ser retomado. Cada época tem sua tarefa a cumprir.

Referências

- ANZIEU, D. *Le groupe et l'inconscient*. [S. l.]: Dunod, 1975.
- ANZIEU, D. *Le moi-peau*. [S. l.]: Dunod, 1985.
- ANZIEU, D. *Les enveloppes psychiques*. [S. l.]: Dunod, 1987.
- ARENDR, H. *Eichmann em Jerusalém: ensaios sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- BACASSIS, E. *Petit méthaphisique du meurtre*. Paris: PUF, 1998.
- BATAILLE, G. *L'erotisme*. Paris: Minuit, 1951.
- BENSOUSSAN, G. *Auschwitz en héritage*. [S. l.]: Ed. Mille et Une Nuits, 1998. (nota 28).
- BLOCH, M. *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1990.
- BROWNING, C. D. *Des hommes ordinaires, 1992*. Traduzido para o Francês em 1996. Reeditado em 18 out. 1998.
- BUGART, F. La logique de la légitimation de la violence. In: HÉRETIER, F. *De la violence II*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- CALLOIS, R. *Bellone ou la pente de la guerre*. [S. l.]: A. G. Nizet, 1936.
- CALLOIS, R. *L'homme et le sacré*. Paris: Gallimard, 1938.
- CASTORIADIS, C. Notes sur le racisme. *Connexions*, EPI, n. 49, 1987.
- CHARBONNIER, G. *Entretiens avec Levi-Strauss*. [S. l.]: Julliard Nouvelle Ed. Agora Pocket, 1995.
- CLASTRES, P. *La société contre l'état*. Paris: Minuit, 1974.
- DE MIJOLLA-MELLOR, S. Le muertre: entre fortune et réalité. In: *Violences: liux et cultures*. [S. l.]: Associations Renovations, 1997.
- DEVREUX, G. *Essays d'ethnopsychiatrie générale*. Paris: Gallimard, 1973.
- ENRIQUEZ, E. *De la horde à l'État: essai de psychanalyse du lien social*. Paris: Gallimard, 1983.
- ENRIQUEZ, E. et al. *La formation psychosociale dans les organozations*. Paris: PUF, 1971.
- ENRIQUEZ, E. Imaginaire social, refoulement et répression dans les organisations. *Connexions*, EPI, n. 3, 1972.

- ENRIQUEZ, E. Le lien groupal. *Bulletin de Psychologie*, n. 360, 1980.
- ENRIQUEZ, E. *Les figures du Maître*. Paris: Arcantères, 1997.
- ENRIQUEZ, M. *Aux carrefours de la haine*. Paris: Epi, 1984.
- FRAZER, J. C. Le Romeau d'or. Reeditado por Robert Laffont, col. Bouquins, 1983.
- FREUD, S. Le problème économique du masochisme. In: FREUD, S. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF, 1973.
- FREUD, S. *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF, 1967.
- FREUD, S. Psychologie des foules et analyse du moi [1921]. In: FREUD, S. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1985.
- FREUD, S. Pulsions et destines de pulsions. In: FREUD, S. *Metapsychologie*. Paris: Gallimard, 1968.
- FREUD, S. *Totem et tabou*. Paris: Gallimard, 1993.
- GARAPON, A. *Le gardien des promesses*. [S. l.]: Odile Jacob, 1996.
- GIRARD, R. *La violence et le sacré*. [S. l.]: Grasset, 1968.
- HOLLIER, D. *Le Collège de Sociologie*. Paris: Gallimard, 1979.
- LANZMANN, C. Les non-lieux de la mémoire. *L'amour de la haine*, NRP, n. 33, 1986.
- LESSING, Th. *La haine de soi (1930)*. Traduzido para o francês por Berg. International, 1990.
- LÉVINAS, E. *Humanisme de l'autre homme*. [S. l.]: Biblio Essais Livre du Poche, 1987.
- MICHEL, B. *Figures et metamorphose du meurtre*. Paris: PUF, 1991.
- MILGRAM, S. *Soumission à l'autorité*. [S. l.]: Calmann-Lévy, 1974.
- SCUBA, L. Ceci n'est pas un meurtre. In: HÉRITIER, F. *De la violence II*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- ZALTZMAN, N. *De la guérison psychanalytique*. [S. l.: s. n.], 1998.